

Infraestrutura - Eletricidade, Banda Larga e Transporte de Gás Natural

Nos setores de infraestrutura, a falta ou deficiência de planejamento de médio e longo prazo pode ser um grande entrave para a sustentabilidade do crescimento nacional.

O Brasil tem um grande desafio a enfrentar na área de infraestrutura. O Tribunal de Contas da União (TCU) avaliou se a atuação governamental tem contribuído para garantir o atendimento da demanda decorrente do esperado crescimento econômico do país nos próximos anos.

Para isso, verificou a forma como está estruturado o planejamento dos setores de geração e transmissão de energia elétrica, de banda larga e de transporte de gás natural. Além do planejamento e da execução das ações planejadas, o TCU checkou os principais entraves que podem retardar ou impossibilitar a concretização dos objetivos, e as ações para mitigar esses obstáculos e os mecanismos de monitoramento e de avaliação do planejamento.

Os três setores de infraestrutura avaliados encontram-se em estágios diferentes de estruturação. O setor elétrico encontra-se em estágio mais avançado. O planejamento vem sendo realizado há vários anos e está associado à realização tempestiva de leilões de energia nova, à estrutura normativa e orgânica de acompanhamento e gerenciamento do sistema elétrico nacional e à integração dos diversos subsistemas de geração por meio da expansão das linhas de transmissão.

Cenário de crescimento dos setores avaliados

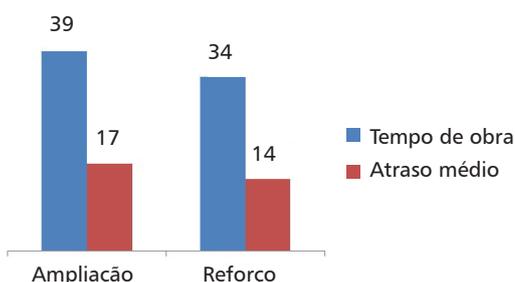
Energia Elétrica		
	Geração (MW)	Transmissão (km de linha)
2011	115.981	98.960
2020	171.652	141.513
Crescimento	48%	43%
Investimento	R\$190 bilhões	R\$46 bilhões

Apesar disso, o TCU identificou riscos associados à falta de diretrizes e à eventual intempestividade da tomada de decisão em relação às concessões do setor elétrico cujos contratos vencerão a partir de 2015.

Há ainda atrasos na implementação de projetos hidrelétricos e de linhas de transmissão no país. Esses atrasos decorrem de questões socioambientais, especialmente ligadas à fase de licenciamento prévio. As principais causas identificadas para que as licenças não sejam emitidas em tempo hábil são: insuficiência ou deficiência nos estudos ambientais; discricionariedade nas análises dos Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e dos Relatórios de Impacto Ambiental (RIMA) por parte dos órgãos ambientais; dificuldades inerentes aos procedimentos de previsão de impactos; e judicialização do processo decisório. Diversas medidas foram adotadas pelo Poder Executivo em 2011 para buscar solucionar essas dificuldades.

Gráfico. Tempo de obra e atraso médio na ampliação e reforço de linhas de transmissão em andamento

Em meses



Quanto ao setor de banda larga, a recente edição do Programa Nacional de Banda Larga (PNBL-2010) pode ser considerada um passo importante para o planejamento dessa atividade no Brasil. No entanto, o PNBL tem horizonte de planejamento somente até 2014. Para que o programa possa ser considerado um planejamento setorial de médio e longo prazo, faltam definições importantes como metas mais detalhadas, indicadores e definição de prazos e responsáveis por cada uma das ações. Além disso, o monitoramento e a avaliação ainda são incipientes e realizados de forma difusa.

O planejamento de transporte de gás natural ainda se encontra em fase de desenvolvimento. O transporte bem planejado é indispensável para o adequado aproveitamento das reservas nacionais e para a criação de um mercado consumidor cativo. Esse processo, no entanto, carece de maior agilidade. O TCU constatou ainda a necessidade de definição de diretrizes políticas para o melhor aproveitamento das reservas nacionais.

Cenário de crescimento dos setores avaliados

Banda Larga (acessos)

	Fixa	Móvel
2010	12 milhões	14 milhões
2022	39,3 milhões	91,3 milhões
Crescimento	228%	552%

Investimentos para expansão Banda Larga

Público até 2014	Privado até 2018
R\$18,38 bilhões	R\$192 bilhões

Gás Natural (milhões de m3/dia)

2011	65,93
2020	206
Crescimento	212%